

# MEMÓRIAS SILENCIADAS: O CASO DO CARNAVAL DE SALVADOR

Submetido em 04/06/2022  
Aceito em 04/07/2022

Caroline Fantinel (UFBA)<sup>1</sup>  
Paulo Miguez (UFBA)<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo situa a festa popular como patrimônio cultural imaterial e, como tal, objeto privilegiado de políticas de salvaguarda. Partindo da defesa por ações de preservação da memória desses bens culturais, analisa como exemplo o carnaval de Salvador, festa marcada por uma polifonia de manifestações culturais e, que, no entanto, não as tem traduzidas no quadro oficial da sua memória. O texto investiga os motivos para tal seletividade, bem como alerta para os prejuízos que isso acarreta. Ainda, apresenta um breve relato de experiência do projeto “Memórias do Reinado de Momo”, iniciativa que objetiva reabilitar memórias invisibilizadas na cronologia da festa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Carnaval de Salvador. Patrimônio cultural.

## MEMORIAS SILENCIADAS: EL CASO DEL CARNAVAL DE SALVADOR

**RESUMEN:** Este artículo sitúa a la fiesta popular como patrimonio cultural inmaterial y, como tal, objeto privilegiado de las políticas de salvaguarda. Partiendo de la defensa de acciones para preservar la memoria de estos bienes culturales, analiza como ejemplo el Carnaval de Salvador, fiesta marcada por una polifonía de manifestaciones culturales, que, sin embargo, no las tiene traducidas en el marco oficial de su memoria. El texto indaga las razones de tal selectividad, así como alerta sobre los perjuicios que ello conlleva. Asimismo, presenta un breve relato de experiencia del proyecto “Memorias del Reinado de Momo”, iniciativa que pretende reabilitar memorias invisibles en la cronología de la fiesta.

**PALAVRAS CLAVE:** Memoria. Carnaval de Salvador. Patrimonio cultural.

---

<sup>1</sup> Doutora e Mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Salvador. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA) e ao Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC Bahia). Coordena o projeto de pesquisa “Memórias do Reinado de Momo” e integra a equipe do Núcleo de Extensão, Comunicação e Cultura do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA). Principais áreas de interesse: memória e patrimônio, estudos da festa, políticas culturais e economia criativa. E-mail: [fantinel.caroline@gmail.com](mailto:fantinel.caroline@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Econômicas (UFBA), mestre em Administração (UFBA) e doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (UFBA). Professor Associado do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA, docente do quadro do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA) e pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA). Principais áreas de interesse: estudos socioeconômicos da cultura; políticas culturais; e estudos da festa, com ênfase no carnaval. E-mail: [paulomiguez@uol.com.br](mailto:paulomiguez@uol.com.br)

## **MEMÓRIAS SILENCIADAS: O CASO DO CARNAVAL DE SALVADOR**

### **FESTA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Neste trabalho nos propomos a observar o Carnaval de Salvador pela perspectiva do patrimônio cultural imaterial, sendo essa escolha possível porque a festa é uma das expressões mais marcantes desse universo. Constituída por um processo vivo e dinâmico de significações e de relações com a vida cotidiana dos grupos que a festejam, essa manifestação cultural não apenas atravessa uma diversidade de dimensões da sociedade como a coloca em perspectiva. Além disso, a festa configura-se como um excelente objeto de análise para o campo do patrimônio imaterial, tendo em vista que as suas peculiaridades permitem visualizar com clareza tanto os problemas em torno da conceituação patrimonial como as questões relacionadas à salvaguarda e aos desafios contemporâneos do campo, tais como preservação, intervenção, participação dos atores, atuação do mercado etc.

A festa popular, aquela protagonizada por grupos sociais no espaço público, está longe de ser meramente um evento para distrair e entreter. A festa pode e deve ser lida como operação ritualística, ao tempo que propicia um estado de efervescência coletiva e de exaltação geral, configurando-se como campo fértil de paixões comuns e de excessos. Cenário onde sentimentos que não são visíveis na vida cotidiana ganham liberdade para expressarem-se, a festa desnuda a sociedade complexa que a protagoniza. É é nessa suspensão do tempo, onde a comunhão se materializa no sonho de ser coletivo, que a festa transmuta o cotidiano em instante extraordinário.

Este lugar que conecta e excita a energia coletiva, permitindo liberdade extrema para a imaginação, faz com que os participantes experienciem uma outra forma de vida social, um outro mundo possível capaz de reintegrar o homem à natureza na sua forma mais pura. Essa nova forma de sociação faz com que o indivíduo deixe de existir na sua posição unitária e individual para diluir-se nesse coletivo, o que acrescenta à festa, então, uma função bastante significativa, ao passo que o grupo retoma “periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade. Ao mesmo tempo, os indivíduos são reafirmados na sua natureza de seres sociais” (DURKHEIM, 1985, p. 536).

Tendo em vista que a tendência da consciência coletiva é perder-se com o passar do tempo, Durkheim (1985) considera a festa como possibilidade para agir contra a dissolução social. O sociólogo francês Michel Maffesoli reitera este ponto ao defender que a festa e o êxtase que a acompanha de forma característica são ferramentas eficazes contra a individualização que toma conta das relações sociais contemporâneas – “Uma cidade, um povo, mesmo um grupo mais ou menos restrito de indivíduos, que não logrem exprimir coletivamente sua imoderação, sua demência, seu imaginário, desintegra-se rapidamente” (MAFFESOLI, 1985, p. 23).

Nesse sentido, o carnaval é uma das manifestações festivas mais emblemáticas. Sua origem remonta a épocas ancestrais e sua história é permeada de proibições e censuras, demandando negociações entre os seus protagonistas e os diferentes agentes morais que assumiram postos de poder ao longo de toda história. Manifestação cultural conhecida no mundo todo, o carnaval existe hoje como resultado de numerosas hibridações culturais e, apesar de compartilhar características universais, não possui um modelo único de celebração – cada uma das sociedades que o festeja expressa a sua identidade de forma bastante particular, o que lhe configura como fenômeno acentuadamente diverso. Composta, então, por uma multiplicidade de vozes, de cenários e de modos de organização, a festa carnavalesca é formada por uma rede complexa de significados sociais, culturais e políticos específicos em cada uma das diferentes sociedades onde acontece.

Seguindo esse entendimento, a importância que a festa carrega na sua composição lhe garantiu espaço privilegiado no contexto do patrimônio cultural imaterial (PCI). O debate em torno dos bens culturais de natureza imaterial foi tomando proporções cada vez maiores ao longo da segunda metade do século XX no mundo todo, mas foi especialmente a partir de 2003, ano da aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial na UNESCO, que o assunto passou a integrar de forma mais contundente a agenda política de muitos países.

Para a referida Convenção, patrimônio cultural imaterial é compreendido como

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns

casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 4).

A Convenção afirma, ainda, que o PCI se manifesta, em especial, através de: a) tradições e expressões orais; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais. Este documento configura-se como um marco regulatório para os países signatários que assumem, a partir daqui, responsabilidades legais no sentido de criar e executar políticas, planos e programas orientados pelos ditames da Convenção, tais como inventários, processos de registro, planos de salvaguarda etc.

O Brasil, considerado vanguardista neste campo, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) através do Decreto nº 3.551, ainda no ano 2000. Por toda riqueza simbólica que a festa carrega na sua composição e por ser uma das referências culturais mais emblemáticas do país, este documento lhe garantiu espaço privilegiado através de um livro exclusivo de registro, o Livro das Celebrações, dedicado à inscrição de “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” (IPHAN, 2000, p. 1).

Uma das quatro linhas de atuação propostas pelo PNPI é a de “pesquisa, documentação e informação”. As ações que decorrem dela auxiliam de forma direta no desenvolvimento dos inventários para os registros, em políticas de salvaguarda e na disseminação de informações sobre esses bens culturais para a sociedade civil. Assim, a composição do contexto histórico desses bens, através da escuta e observação atentas de seus atores e elementos, aparece como estratégia metodológica essencial para compreender profundamente a sua configuração presente.

Em texto que trata da importância de ações de salvaguarda de festas populares, a pesquisadora Márcia Sant’Anna defende que o simples registro e documentação da memória e da configuração presente das festas já valem como iniciativa de valorização simbólica, pois ressaltam o caráter de documento histórico desses processos culturais, sociais e econômicos. No entanto, afirma que, ainda mais importante do que produzir esse conhecimento sistematizado, é “discernir quais desses elementos e processos atuam como ‘âncoras’ do valor referencial e

simbólico da festa” (SANT’ANNA, 2013, p. 25). Segundo ela, esse trabalho de recomposição da memória pode também significar a retomada da festa como espaço sagrado de encontro, celebração, tradição e criação.

## **MEMÓRIAS SILENCIADAS NO CARNAVAL DE SALVADOR**

A festa em Salvador caminha a passos concomitantes com o processo de formação da festa brasileira. Salvador foi palco das primeiras teatralizações festivas dos jesuítas; viveu o espírito pomposo e festivo das procissões cristãs e das festas públicas espetaculares inspiradas pela chegada do barroco; e, em um cenário bastante conflituoso, também garantiu espaço para as manifestações dos africanos que chegaram aqui na condição de traficados e que encontraram na festa uma possibilidade viva de reterritorialização. Assim, Salvador testemunha, através dos séculos, a sua festa desenvolver-se mestiça – com influências ibérico-barroco-católicas, indígenas e africanas, configurando-se de formas e com significados bastante particulares. É possível visualizar uma síntese desse quadro festivo soteropolitano na sua festa maior, o carnaval de rua. No entanto, como veremos, toda essa polifonia de influências não é retratada no quadro da memória oficial da festa.

Salta à vista a pobreza dos registros da memória do carnaval de Salvador. Isso pode ser constatado ao observarmos que, apesar de a história oficial da festa estar datada em 1884, os únicos períodos que contam hoje com estudos relevantes são o surgimento do trio elétrico, no carnaval de 1951; a emergência dos blocos afros, na metade dos anos 1970; e o processo de reconfiguração do carnaval a partir dos anos 1980, na direção da mercantilização acentuada capitaneada pela empresarialização dos blocos de trio. São também estes marcos que compõem a memória oficial da festa, difundida pelos órgãos responsáveis por sua gestão e promoção. Assim, pouco se registra e, por consequência, se conhece sobre a história da festa para além da beleza dos seus blocos afros e da magnitude do seu trio elétrico.

Consequência disso é uma memória seletiva e um panorama histórico muito vago, o que cria lacunas importantes na compreensão da festa contemporânea. Essa parcialidade na composição da memória oficial da festa é perigoso na medida em que omite, total ou parcialmente, inúmeros movimentos culturais que existiram ao longo de mais de um século de história, como é o caso dos grandes clubes

carnavalescos, que marcam o início desse carnaval oficial da cidade; os primeiros afoxês, como é o caso da Embaixada Africana e do Clube Pândegos da África; as batucadas, oriundas da gente mais pobre da cidade; as escolas de samba; os blocos de índio; os cordões carnavalescos e tantas outras manifestações que marcaram o cenário da festa soteropolitana ao longo desses quase cento e quarenta anos de história.

O fato de a maioria das manifestações carnavalescas que foram omitidas do quadro memorial da festa ser negra, nos sugere indícios para os motivos de tal invisibilização histórica. O cenário a seguir nos auxilia a encontrar respostas.

A presença negra nas festas de rua sempre foi vista com preocupação pela elite branca baiana, que tentou a muito custo e por décadas seguidas “civilizar” a forma como se dava essa participação popular. A forma como estes grupos manifestavam-se na festa, destoava do que elite, governo e imprensa planejavam para a modernização da Bahia, especialmente entre o final do século XIX e início do XX. Este tensionamento resultou na proibição legal, em 1905, da participação de todos os grupos afrocêntricos no carnaval da cidade. Esta medida foi mantida até o ano de 1914.

Na década de 1920, pós repressão, já há uma presença significativa de grupos oriundos das camadas mais populares integrando o carnaval de Salvador. Mas é a partir da década de 1930 que se assiste a uma ebulição afro-festiva pelas ruas da cidade, o que passa a marcar definitivamente a festa carnavalesca soteropolitana, atualizando a sua configuração inicial ligada às tradições europeias tão veneradas pela elite.

Preenchendo o espaço deixado pela decadência dos clubes da elite, especialmente a partir da segunda metade da década de 1930, inúmeros grupos – oriundos de bairros pobres da cidade e do seio da classe trabalhadora, composta em grande parte por negros e mestiços – surgem e consagram-se soberanos das ruas e do povo. É esse viés popular, com sinais acentuados da cultura negromestiça, que passa a definir uma das identidades mais potentes do carnaval soteropolitano. No entanto, apesar de terem reinado de forma absoluta nas ruas durante mais de três décadas não tiveram sua importância reconhecida pelas camadas dominantes da sociedade. A memória das batucadas, das escolas de samba, dos pequenos

cordões e dos blocos de índios, só para citar alguns exemplos, permanece até hoje como uma página em branco para o discurso oficial da festa.

A pesquisa do colombiano Paolo Vignolo (2010) esclarece que essa seletividade não é uma questão exclusiva de Salvador, sendo comum nos países latino-americanos o uso meramente decorativo da cultura africana e indígena na composição da memória oficial das festas carnavalescas.

Dentro de este régimen del discurso, los aportes de otras culturas y tradiciones, sobre todo las contribuciones africanas e indígenas, determinantes em el proceso de asentamiento del carnaval en tierra americana, se encuentran relegados a un papel decorativo. Se ensalza su riqueza simbólica, el despliegue festivo y el exotismo de sus costumbres, pero al precio de insertarlos a la fuerza en una lectura histórica purgada de cualquier referencia a sus luchas de emancipación y a la represión de la que han sido sistemáticamente objeto (VIGNOLO, 2010, p. 148).

Assim, compreender que esta memória oficial da festa soteropolitana é pautada em uma narrativa totalizante é o primeiro passo para uma conscientização que reivindique uma nova concepção de memória, que traduza a diversidade cultural que formou e forma a festa carnavalesca. Essa questão pode ser melhor esclarecida através da oposição da noção de memórias subterrâneas, de Michael Pollak (1989), à noção de memória coletiva, de Maurice Halbwachs.

## **MEMÓRIA É PODER**

O termo “memória coletiva”, utilizado pelas Ciências Humanas ao longo de todo século XX, foi proposto pelo francês Maurice Halbwachs, em seu livro de mesmo nome, publicado em 1925. O autor inaugura não só um conceito, mas um novo entendimento acerca do fenômeno da memória que, para ele, ultrapassa a faculdade humana interior, defendida até então. Para Halbwachs, as memórias de um indivíduo só podem existir a partir das suas vivências junto aos seus grupos de referência – o que ele chama de comunidades afetivas.

Essa memória individual é forjada a partir das atitudes e do espírito de um grupo, assim como do aspecto dos lugares onde este está inserido. Este contexto tem papel fundamental na construção dessas lembranças aparentemente

individuais, configurando o que Halbwachs chama de memória coletiva – uma memória particular que só existe a partir do outro.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Apesar da sua contribuição para um novo entendimento das dimensões da memória, Halbwachs foi alvo de uma série de questionamentos, não por esclarecer que a memória individual acontece a partir do contato com grupos de referência, mas por ter se omitido de uma análise crítica quanto às formas de intervenção dessa memória coletiva no plano individual. O reconhecimento da problemática imbuída no termo memória coletiva se desenvolve na segunda metade do século XX, tendo como contexto os desdobramentos do período pós-guerra e o questionamento de um nacionalismo etnocêntrico praticado até então. Especialmente a partir da década de 1970, tensionamentos em busca do reconhecimento de memórias silenciadas no tempo alcançaram uma dimensão inédita, com destaque para os locais que viveram conflitos das mais diversas ordens. Desse momento emerge uma série de novos atores e, com isso, a metodologia da história oral provoca uma inversão radical de perspectiva ao tomar como base testemunhos orais como fonte para uma reconstrução crítica do passado.

Nesse debate Michael Pollak defende que qualquer memória coletiva – a nacional, por exemplo, que em Halbwachs é a forma mais acabada de um grupo – possui um caráter acentuado de destruição, uniformização e opressão, e, assim, denuncia que seu criador não enxerga “nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica”, ao contrário, ele “acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo” (POLLAK, 1989, p. 1).

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no

trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 2).

Os estudos de Pollak privilegiam os excluídos, os marginalizados e as minorias como fontes históricas. Fazendo uso da história oral, ele ressalta que as memórias desses grupos minoritários e dominados, que ele vai chamar de “memórias subterrâneas”, se contrapõem à memória oficial hierarquizante. Para o autor, apenas com um trabalho de composição da memória através dos próprios atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização dessas memórias subterrâneas é possível “reabilitar a periferia e a marginalidade” (POLLAK, 1989, p. 2), oportunizando que irrompam no espaço público e disputem um lugar no quadro das memórias reconhecidas.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 6).

Assim, retomando a análise do quadro oficial da memória do carnaval de Salvador, fica evidente que o silêncio sobre o passado possui significados complexos, forjado nas relações de dominação entre os grupos minoritários, aqueles apagados da história, e os eleitos, os poucos grupos que representam a festa na sua história oficial. Revisar esse quadro é urgente e implica entender os interesses que sustentam o projeto de produção da memória oficial dessa manifestação.

Essa revisão crítica da história configura-se como uma iniciativa essencial de salvaguarda da festa, já que é pelo reconhecimento da diversidade cultural que é possível situar a festa no universo do patrimônio cultural e, assim, dinamizar o campo de políticas de proteção e promoção desse bem cultural. Como afirmou Mário Chagas (2000), onde há memória há poder e onde essa relação está presente, estão também o esquecimento e a resistência.

O poder em exercício empurra a memória para o passado, subordinando-a a uma concepção de mundo, mas como o passado é um não-lugar e o seu esquecimento é necessário, as possibilidades de insubordinação não são destruídas. O tesouro perdido não está no passado, está perdido no presente, mas importa lembrar (ou não

esquecer) que ele pode surgir abruptamente incendiando os vivos (CHAGAS, 2000, p. 4).

## **REABILITANDO MEMÓRIAS DO CARNAVAL DE SALVADOR**

O projeto Memórias do Reinado de Momo foi criado no ano de 2014 alinhado e amparando a sua justificativa na compreensão de que o esforço de direcionar luz à parte invisibilizada da história do Carnaval de Salvador seria a via para a sua retomada enquanto espaço de memória. Através de uma revisão crítica do passado, o projeto buscou remontar a memória de trechos da história da festa onde organizações típicas da participação dos setores populares, como os afoxés, cordões, batucadas e as escolas de samba, caracterizaram fortemente o carnaval soteropolitano. A inquietação que desponta no desenvolvimento do referido projeto não foi apenas atestar que essas manifestações desapareceram do cenário carnavalesco contemporâneo, mas problematizar e denunciar o fato de não constarem no quadro da memória oficial da festa<sup>3</sup>.

Este artigo não objetiva elencar em detalhes os resultados da pesquisa em questão<sup>4</sup>. Serão destacados, aqui, alguns aspectos vivenciados ao longo do desenvolvimento do projeto e que aparecem como sintomáticos de questões que tangem a problemática que circunda o debate em torno da memória.

A pesquisa, desenvolvida em uma perspectiva histórico-antropológica, foi idealizada pelo professor Paulo Miguez e coordenada pela pesquisadora Caroline Fantinel, tendo contado com a participação de estudiosos afinados com a temática em questão. Os principais recursos utilizados foram a pesquisa documental (fotos e registros da imprensa), bibliográfica e, quando possível, entrevistas com pesquisadores e participantes ativos das manifestações festivas investigadas.

A preocupação para que a recomposição desta memória se desse da forma mais completa e confiável possível foi o fio condutor de todo o trabalho. Assim, o acesso e análise de um material jornalístico vasto nos auxiliou na leitura com profundidade das fotos resgatadas no Arquivo Público Municipal, bem como as entrevistas feitas com partícipes dessa festa foram fundamentais para ampliar o

---

<sup>3</sup> O projeto foi criado e desenvolvido antes da inauguração do Museu Casa do Carnaval (2018), uma iniciativa municipal que busca apresentar e celebrar a memória do carnaval soteropolitano. Para mais informações ver FANTINEL (2019, p. 267-8).

<sup>4</sup> Estes dados podem ser encontrados, de forma integral, no site oficial do projeto: [www.memoriasdemomo.com.br](http://www.memoriasdemomo.com.br).

nosso entendimento acerca das leituras de textos acadêmicos que abordavam temáticas afins. Essa relação de complementaridade e de auxílio solidário através da consulta de diferentes tipos de fontes foi fundamental para o êxito do projeto, nos sendo inspirada por um exemplo bastante didático fornecido por Maurice Halbwachs (2006), sinalizado a seguir.

[...] se quero juntar e detalhar com exatidão todas as minhas lembranças que poderiam me restituir a imagem e a pessoa de meu pai tal como o conheci, é inútil passar em revista os acontecimentos da história contemporânea, durante o período em que ele a viveu. Contudo, se encontro alguém que o conheceu e sobre ele me conta detalhes e circunstâncias que eu ignorava, se minha mãe amplia e completa o painel de sua vida e dela me esclarece determinadas partes que para mim permaneciam obscuras, não será verdade, dessa vez, que eu tenha a impressão de voltar a descer no passado e aumentar toda uma categoria de minhas lembranças? [...] Contudo, em seu conjunto, a lembrança de meu pai se transforma e agora me parece mais conforme a realidade (HALBWACHS, 2006, p. 93).

Foi, então, através do acesso a um mosaico de fontes e do desenvolvimento de análises transversais que o projeto teve como resultado um panorama histórico amplo e profundo dos períodos carnavalescos selecionados.

Na primeira edição, finalizada em 2015, o foco do trabalho foram os cordões, batucadas e escolas de samba, categorias festivas que, de meados da década de 1930 até o final dos anos 70, marcaram e modificaram profundamente o cenário do Carnaval de Salvador. Apesar do protagonismo que tinham nas ruas, tiveram sua história e importância silenciadas. Motivado por este contexto, o projeto remontou a história dessas agremiações – organizações típicas da participação dos setores populares nos festejos e que praticamente desapareceram do cenário carnavalesco contemporâneo.

O resultado desta primeira edição foi um panorama histórico desse momento carnavalesco – uma galeria com mais de 50 fotografias raras; uma seleção composta de, aproximadamente, 150 importantes matérias jornalísticas divulgadas à época; uma série com oito entrevistas esclarecedoras com participantes e pesquisadores dessa festa; um mapeamento festivo que reúne informações de mais de 160 entidades, entre cordões, batucadas e escolas de samba; e, ainda, o levantamento dos resultados dos concursos oficiais da Prefeitura no período de 1955 a 1975.

Em 2020 foi lançada a segunda edição do Memórias do Reinado de Momo, que revelou aspectos importantes dos primeiros carnavais da cidade. Voltando no tempo, a história das sociedades carnavalescas da elite e a presença negra nas ruas no período entre 1884 e 1930 foi revelada contando, especialmente, com os registros de imprensa da época. Através das histórias de clubes como o Cruz Vermelha, Fantoches da Euterpe, Inocentes em Progresso, Embaixada Africana e Pândegos da África foi possível conhecer e compreender muito mais do que os seus aspectos festivos, mas, sobretudo, as tensões e as disputas que estiveram em jogo na consolidação de um projeto de cidadania no princípio do período republicano na Bahia.

Nesta edição, acompanhando o texto da pesquisa, o projeto apresentou como resultados uma galeria com mais de 30 fotografias raras; uma seleção composta de, aproximadamente, 200 importantes matérias jornalísticas divulgadas à época; um documentário sobre o contexto festivo dos primeiros carnavais de Salvador, com a participação de vários pesquisadores; um minidocumentário sobre o Clube Carnavalesco Embaixada Africana; uma obra visual que remontou o desfile mais emblemático do Clube Carnavalesco Embaixada Africana; e, ainda, o levantamento das entidades carnavalescas que se apresentaram no período pesquisado.

Naturalmente, várias dificuldades apareceram no decorrer do trabalho, sendo que duas delas mereceram especial atenção da equipe, pois representaram riscos para o bom prosseguimento da pesquisa. A primeira foi a forma como foi encontrado boa parte do pouco registro que restou destes momentos da festa, em especial, a má organização e arquivamento das fotos encontradas no Arquivo Público Municipal, setor ligado à Fundação Gregório de Matos. Este fato lamentável é bastante ilustrativo ao revelar o descaso com que o Estado trata a memória da sua própria cultura – sujeitando arquivos raríssimos a uma devastação irreversível. A segunda grande dificuldade foi entrevistar oito personagens que foram atores bastante importantes de diferentes escolas de samba soteropolitanas e que, por conta do avançar da idade, não tinham uma memória tão nítida acerca dos acontecimentos de outrora. Um agravante, aqui, é que nenhum deles possuía quaisquer registros da época que pudessem servir de auxílio, sejam fotos, jornais, uniformes, instrumentos etc. De todo modo, este entrave foi contornado com uma análise minuciosa dos pontos de fala de cada um deles. Todos compartilharam vivências no

mesmo período histórico, porém cada um guardou consigo as suas versões para os momentos mais emblemáticos daquele grupo que participaram, gerando, para nós, perspectivas diferentes para os mesmos acontecimentos. Ou seja, algo que começou como um problema acabou transformando-se em uma riqueza para o trabalho. Halbwachs aborda esta questão afirmando que

Da mesma forma, às vezes pessoas que se aproximaram por necessidades de uma obra comum [...] se separaram em seguida em muitos grupos: cada um destes é limitado demais para reter tudo o que ocupou o pensamento do partido, do cenáculo literário, da assembleia religiosa que envolveu a todos num momento passado. Eles também se prendem a um aspecto deste pensamento e conservam apenas uma parte dessa atividade no pensamento (HALBWACHS, 2006, p. 40).

De todo modo, é certo afirmar que foram ouvidas pessoas completamente motivadas a colaborar com o projeto, ficando evidente que tamanha disposição vinha de uma vontade maior e guardada há muito tempo de contar a história de momentos que se perderam no tempo, mas nunca de suas memórias. Esse sentimento, que por vezes nos foi transmitido embebido em muita emoção e algumas lágrimas, traduz o pensamento de Pollak que defende que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 3). Foi, então, por essa via, resgatando arquivos fundamentais e ouvindo personagens-chave, que este trabalho contribuiu para que fosse dado um pequeno passo à frente no que diz respeito à composição de uma memória mais justa da maior festa popular da Bahia.

## REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. II Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro: s/e, 2000.

DURKHEIM, Emile. Les formes élémentaires da la vie réligieuse. Paris: PUF, 1985.

FANTINEL, Caroline. Patrimônio festivo: uma análise dos carnavais de Barranquilla (COL) e Salvador (BRA) sob a perspectiva do patrimônio cultural imaterial. Originalmente apresentada como tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

MAFFESOLI, Michel. A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

SANT'ANNA, Márcia. A festa como patrimônio cultural: problemas e dilemas da salvaguarda. Revista Observatório Itaú Cultural, v. 14, 2013, p. 21-30.

VIGNOLO, Paolo. Carnaval, ciudadanía y mestizaje em Colombia. In: CRESPIAL. Patrimônio cultural imaterial – fiestas. Cusco: Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina, 2010, p.137-170.